

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano II - Nº 379 - Brasília, segunda-feira, 23 de dezembro 1996



Plenário do Senado, palco de decisões importantes, como as mudanças na ordem econômica, nas leis do trânsito e na educação nacional

Recorde: Senado apreciou mais de 1.300 matérias em dois anos

Trata-se de um número "sem precedentes" na história da instituição, como avaliam os senadores José Sarney, Mauro Miranda e Gilvam Borges, ao fazer um balanço das atividades

NESTA EDIÇÃO

**Francelino:
Povo apóia
multa menor**

Página 8

**Para Escórcio,
servidor deve
manter esperança**

Página 2

Senadores apontam prejuízo à região Norte

O "preconceito contra as regiões Norte e Nordeste", demonstrado por alguns articulistas do Sul e do Sudeste do País, foi denunciado sexta-feira pelo senador Jefferson Peres. Ele lembrou que foi um "coquetel de subsídios" (fiscais, cambiais e de crédito) que permitiu a implantação da indústria

automobilística no Sudeste brasileiro.

Já o senador José Bianco lamentou que a região Norte esteja sofrendo mais um prejuízo: a retirada do subsídio ao frete dos combustíveis. A medida, segundo ele, provocará uma elevação de 20% no preço do litro de gasolina na região. **Página 7**

Nunca se votou tanto no Senado, afirmaram sexta-feira os senadores Mauro Miranda e Gilvam Borges, ao avaliar o trabalho do Legislativo. O ponto de vista dos dois senadores é confirmado por um balanço sobre os dois últimos anos de atividades legislativas, que mostra a apreciação de 1.356 proposições - "número jamais alcançado na história do Senado", como observa o presidente da Casa, senador José Sarney.

Páginas 3 a 5

Suplicy defende melhor distribuição de renda

Avanços no desenvolvimento social foram modestos no atual governo, observa senador. **Pág. 8**

Hollanda elogia ações do TCU na área do Mercosul

Cooperação técnica engloba o conhecimento das novas tendências e o estabelecimento de prioridades na fiscalização, informa o senador

As ações de cooperação técnica internacional realizadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) nos dois anos de mandato do ministro Marcus Vinícius Vilaça à frente do colegiado, principalmente na área do Mercosul, foram elogiadas pelo senador Joel de Hollanda (PFL-PE).

Segundo o senador, esse trabalho de intercâmbio do TCU com instituições congêneres compreendeu o conhecimento das novas tendências e o estabelecimento de suas prioridades no campo da fiscalização, o que exigiu treinamento da equipe técnica, inclusive no exterior, com o objetivo de praticar novos métodos de con-



Joel de Hollanda

trole.

- Assim, não apenas os técnicos nacionais cumpriram etapas em outros países. Profissionais estrangeiros, sobretudo da Argentina, Colômbia, Paraguai, Portugal, Moçambique, Angola, República Tcheca e África do Sul, receberam treinamento

do TCU, fortalecendo aquele assinalado intercâmbio de experiências, em programas de permanente execução - destacou ele.

Joel de Hollanda disse que foram criadas, a partir de um quadro multilateral de cooperação, novas perspectivas para o exercício do controle externo, abrangendo questões relacionadas à renúncia de receitas, proveniente de alterações de alíquotas do imposto de importação e seu impacto na área da arrecadação tributária, a auditoria das operações das aduanas, a auditoria do meio ambiente e a destinação de recursos orçamentários de cada um dos países, para a consolidação do Mercosul.



Francisco Escórcio

Escórcio exorta os servidores a manter esperança

O senador Francisco Escórcio (PFL-MA) manifestou seu contentamento com a aprovação, pelo Senado, de projeto de lei por ele relatado que cria as carreiras de servidores do Poder Judiciário e fixa os valores de sua remuneração. Segundo o senador, essa medida e o fato de o presidente da República ter declarado que irá recuar os salários dos servidores públicos até o final de seu mandato indicam que o funcionalismo não deve se desesperar.

- Estou muito feliz porque sei que depois que começamos a levantar a bandeira dos servidores federais, e especialmente dos servidores do Senado, outros senadores estão sensíveis à questão - disse ele.

Depois de acentuar que a categoria dos servidores públicos é muito sofrida, Francisco Escórcio salientou: "Os funcionários não podem se desesperar, eles devem acreditar que tem gente como eu, como muitos colegas e como o presidente Fernando Henrique, que não vai deixar que fiquem se matando".

Tuma ressalta atuação brasileira na conferência "Amigos do Líbano"

Ao comentar a participação de 29 países e oito organismos internacionais na conferência "Amigos do Líbano", ocorrida segunda-feira passada (dia 16), em Washington, o senador Romeu Tuma (PSL-SP) destacou a presença da delegação do Brasil nos debates sobre a reconstrução daquele país. Segundo o senador, a delegação brasileira foi chefiada pelo secretário de Assuntos Estratégicos, embaixador Ronaldo Sardenberg.

- Em seu discurso, o embaixador Sardenberg, após comentar os laços

históricos do Brasil com o Líbano e afirmar o comprometimento do governo Fernando Henrique Cardoso com a causa do reerguimento daquele país, indicou que nosso país está preparado a oferecer ao governo libanês serviços de consultoria em projetos de reconstrução. Ele ainda assinalou que estamos dispostos a aprofundar a discussão de fórmulas voltadas à participação das empresas brasileiras no esforço multinacional de auxílio ao Líbano - disse o senador.

Conforme Romeu Tuma, o Brasil foi o único país latino-americano presente ao evento, que contou com a



Romeu Tuma

participação, entre outros, da União Européia, Estados Unidos, França, Rússia, Arábia Saudita, Alemanha, Itália e Canadá.

Sarney destaca papel do Congresso na governabilidade

Todas as matérias necessárias à realização do plano de governo foram apreciadas nestes dois anos de atividades legislativas, garante o presidente do Senado

O presidente do Senado Federal, José Sarney, anunciou sexta-feira que nos dois anos de sua gestão na presidência da Casa - 1995 e 1996 - foram votadas 1.356 matérias, número jamais alcançado na história do Senado. Fazendo um balanço da atividade legislativa nesse período, o senador afirmou que o Congresso Nacional e o Senado, em particular, garantiram ao País a faixa de governabilidade de que toda nação necessita para que possa avançar e ter a sua normalidade administrativa assegurada.

- O Senado viveu um tempo de grande construção e de grande eficiência nos seus trabalhos - afirmou Sarney. - Nossa atividade legislativa está absolutamente em dia, não temos nenhuma matéria para entrar na pauta e ser apreciada pelo plenário.

O senador José Sarney lembrou que o Congresso vinha sendo alvo de diversas críticas, acusado de ser o responsável pelo atraso na implantação das reformas necessárias ao País.

- Se dizia muito que o Congresso brasileiro falhava, que não votávamos, que o Poder Executivo não andava por causa do Congresso. Isso hoje ninguém pode mais dizer, porque o Congresso votou todas as matérias que o Poder Executivo julgou necessárias a que ele pudesse ter uma ação executiva para a realização de seu plano de governo. Nesse sentido, nós asseguramos a governabilidade - assinalou.

Sarney observou que esse fato é muito importante, porque os últimos presidentes da República - ele mesmo,



José Sarney

Fernando Collor e Itamar Franco - não tiveram uma base de governabilidade assegurada pelo Congresso, mas, ao contrário, enfrentaram sempre uma situação muito difícil em relação a uma sustentação política que desse ao governo condições de assegurar a execução de seu programa.

Segundo o senador, o pre-

sidente Fernando Henrique Cardoso só conta com esse apoio porque o Congresso "teve essa decisão de assegurar essa faixa de governabilidade, de não misturar a política com a ação administrativa, já que há um terreno comum que é de responsabilidade dos dois Poderes - o Executivo e o Legislativo".

MUDANÇAS FAZEM PARTE DO DIA-A-DIA DE TODOS

Sarney ressaltou que nesses dois anos o Congresso votou todas as emendas que modificaram o capítulo da ordem econômica na Constituição. Foram aprovadas a flexibilização do monopólio da União sobre a exploração do petróleo; a revisão do conceito de empresa nacional; a abertura da exploração de gás natural a empresas concessionárias; e permitida a atuação de embarcações estrangeiras no transporte de mercadorias pela costa brasileira, a navegação de cabotagem.

Segundo o presidente do Senado, dos mais de 1.300 projetos aprovados, mais de 180 foram enviados à sanção presidencial, viraram lei e já fazem parte do dia-a-dia dos brasileiros. Ele citou como exemplo a lei que beneficia a mulher trabalhadora, proibindo as empresas de exigir atestados negativos de gravidez para admissão no emprego. E lembrou, também, a lei, originária de projeto de sua autoria, que garante medicamentos gratuitos aos portadores do vírus HIV e aos doentes de Aids. Sarney ressaltou ainda que importantes projetos aprovados pelo Senado estão sendo agora examinados pela Câ-

mara, dentre eles, o que cria o Estatuto das Micro e Pequenas Empresas, uma proposta importante que irá garantir melhores condições de atuação às empresas de pequeno porte; o novo Código de Trânsito Brasileiro; e o que regulamenta o trabalho doméstico.

Quanto à área administrativa, Sarney afirmou que o objetivo foi modernizar a máquina do Senado, que dispõe de uma estrutura muito pesada. Para isso, o Senado contratou a Fundação Getúlio Vargas, que, durante um ano e meio, fez levantamentos e sugeriu modificações num trabalho que está pronto para ser apreciado pelo plenário.

Sarney destacou ainda a realização de "uma verdadeira revolução" na área da comunicação social. Ele defendeu a importância de o povo ter conhecimento dos trabalhos legislativos, e disse que para que essa transparência fosse total foram criadas a Rádio, a TV e o *Jornal do Senado*. Segundo o presidente, com isso a imagem de um Senado, de um Congresso que

não trabalha já desapareceu.

- Aqui trabalhamos dia e noite. Não somente os senadores, mas todos os funcionários desta Casa, que asseguram a base logística para o nosso trabalho - acrescentou.

Sarney disse também que o Senado está encerrando o ano com um acervo de realizações e com um trabalho extremamente importante:

- Acho que hoje isso é reconhecido pela Nação brasileira, que está acompanhando os nossos trabalhos.

O presidente acrescentou que a divulga-

ção das atividades do Congresso permite a crítica, o aplauso e a apresentação de sugestões.

- Esta Casa é a Casa do povo brasileiro. O Congresso é a grande caixa de ressonância do povo. Se não existisse Congresso, o povo brasileiro não teria onde colocar suas aspirações e esperanças. Qual é o canal que o povo tem para questionar o governo, os homens, os políticos, senão o Congresso Nacional? - frisou.

Dos mais de 1.300 projetos aprovados, 180 foram à sanção presidencial e tornaram-se leis



Tanto no plenário quanto nas comissões (foto), os senadores têm mantido ritmo intenso de trabalhos

Senado apreciou mais de 1.300 matérias nos últimos dois anos

Trata-se de número sem precedentes na história da instituição: foram 704 propostas examinadas em 96 e 652 no ano passado

O Senado Federal apreciou 704 matérias este ano, entre projetos e mensagens do Executivo, e 652 matérias no ano passado. Em dois anos, portanto, os senadores examinaram 1.356 proposições, número sem precedentes na história do Senado.

Das 704 matérias apreciadas neste ano, 569 foram aprovadas - 108 mensagens de escolha de autoridades e embaixadores, 68 projetos de lei enviados à sanção, 250 à promulgação e 143 à Câmara dos Deputados.

Já no ano passado, das 652 matérias examinadas pelos senadores, 517 foram aprovadas - 74 mensagens de escolha de autoridades e embaixadores, 117 projetos enviados à sanção, 256 à promulgação e 70 à Câmara dos Deputados.

Entre as matérias aprovadas no primeiro semestre deste ano, estão a regulamentação do funcionamento dos bancos de olhos, em março; a emenda constitucional que permite a admissão de professores, técnicos e cientistas estrangeiros pelas universidades brasileiras e concede autonomia às instituições de pes-

quisa científica e tecnológica, em abril; a exigência de licitação para as obras civis do projeto Sivam e a determinação de julgamento, pela Justiça comum, dos crimes dolosos cometidos por militares, em maio. Ainda no primeiro semestre, foram aprovadas a Lei de Patentes e o substitutivo ao projeto da Câmara para a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Durante a convocação extraordinária do Senado, em julho, o plenário aprovou, entre outras matérias, a redução das multas contratuais, alterações no Estatuto dos Militares, a regulamentação da escuta telefônica, a privatização da telefonia celular e a isenção de impostos para a pequena e a microempresa.

Em agosto, foram aprovadas, entre outras matérias, a emenda à Constituição instituindo o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magis-

tério (em primeiro turno) e os projetos de lei ampliando os direitos dos empregados domésticos e criando o registro único de identidade.

Em novembro, foram aprovados, entre outros, o projeto de lei que cria a Agência Nacional de Energia Elétrica e o que determina que as empresas prestadoras de serviços públicos de água, luz e gás emitam comprovante da quantidade consumida no ato da medição. Já em dezembro, destacou-se entre as propostas aprovadas o rito sumário para a reforma agrária e a intervenção obrigatória do Ministério Público nos conflitos de terra.

Ainda em dezembro, o Senado aprovou proposta tornando obrigatória a exibição de curtas-metragens brasileiros, junto com a projeção de cada filme estrangeiro, e projeto estendendo o limite de 2% para as multas por atraso de pagamento a todas as obrigações contratuais.

Em dezembro, destaca-se a aprovação do rito sumário para a reforma agrária



Bernardo Cabral

Cabral aponta atuação muito mais eficiente

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) destacou a eficiência da atuação do Senado durante este ano, manifestando a expectativa de que 1997 "seja ainda mais proveitoso para os trabalhos da Casa".

- O Natal representa o lado mais simbólico do que seja humildade. E quando me refiro à humildade, é para que tenhamos idéia de que vale muito pouco o dinheiro que alguns conseguem empalmar, o poder que outros desfrutam, senão aquilo que mais vale, que é o que se realiza em favor da sociedade - disse o senador, ao desejar os votos de feliz Natal aos senadores e servidores.

Mauro Miranda: Legislativo está mais perto do povo

Entre os aspectos positivos do ano que se encerra, senador cita a decisão do governo de conceder incentivos fiscais para a indústria automotiva no Norte, Nordeste e Centro-Oeste

Gilvam ressalta transparência do Senado

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) disse sexta-feira que nos últimos dois anos o Congresso Nacional deu sustentação às ações do governo e que essa atuação reflete o equilíbrio e a sabedoria política do presidente José Sarney.

- Nunca o Senado trabalhou tanto como nesses dois anos que esteve sob a presidência do senador Sarney - disse Gilvam Borges. - Foram implementadas as reformas que o País precisava. A consciência que a sociedade brasileira, hoje, tem sobre a importância das atividades desenvolvidas pelo Senado se deve ao trabalho de divulgação, feito com isenção e transparência, implantado e desenvolvido sob sua administração. Não há quem não reconheça o discernimento e a sabedoria do presidente da Casa.

Referindo-se às inovações introduzidas pela Mesa presidida por Sarney, Gilvam Borges destacou a criação da TV Senado, *Jornal do Senado* e Agência Senado por meio dos quais, segundo disse, todas as pessoas têm condições de saber o que a Casa está fazendo.

- O presidente Sarney abriu o Senado, de forma transparente, para o mundo - disse ele.

Gilvam Borges destacou que o *Jornal do Senado* circula, diariamente, contendo notícias a respeito das atividades da Casa, e chega aos governadores, assembleias legislativas e câmaras municipais. A publicação vai também para todos os jornais, emissoras de rádio e televisão, e é encontrado em todos os vãos que saem de Brasília, por cortesia



Gilvam Borges

das companhias aéreas.

Sobre a TV Senado, o senador destacou o fato de a emissora transmitir para todo o Brasil as sessões plenárias, ao vivo, as reuniões das comissões e as atividades do Senado. Ele informou que a partir de janeiro começa a operar um sistema interativo, através do qual, pelo telefone 0800-612211, os telespectadores poderão opinar e participar das discussões em curso no Senado. O senador lembrou ainda a atuação do Prodases no sentido de democratizar as informações produzidas no Senado e no Congresso Nacional, que hoje podem ser acessadas pela Inter-

net, a rede mundial de computadores.

- O objetivo desse trabalho não poderia ser outro senão a transparência das atividades do Senado, a democratização da informação e o conhecimento que o cidadão comum pode ter sobre a atuação de seus representantes, sem intermediários - disse Gilvam Borges.

Segundo o senador, levantamentos realizados pela Secretaria de Comunicação Social da Casa revelam que no início da sessão legislativa, no ano passado, o aproveitamento dos trabalhos do Senado, nos principais jornais do País, em comparação com o *Jornal do Senado*, variava entre 7% e 11%. Hoje varia entre 40% e 50% diariamente.

- Ninguém pode dizer que o Senado não trabalha, a menos que a intenção seja difamar o Congresso Nacional. Hoje o Senado tem todas as condições e o desprendimento de mostrar os valores de seus representantes.

Postura de estadista

Em aparte, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) elogiou a iniciativa de Gilvam Borges, que "em seu importante discurso faz um justo elogio a um grande serviço do Senado e à atuação do presidente José Sarney que, nessa legislatura, soube se portar com a sua postura de estadista na presidência do Senado, dando altura ao cargo, projetando a nossa instituição e criando esse serviço que foi extremamente importante".

- Hoje, o cidadão não precisa vir aqui para saber o que

o Senado está fazendo, basta acompanhar pela televisão e pelos outros meios já disponíveis. E, acompanhando, é possível fazer justiça ao que aqui se realiza em benefício do povo brasileiro, inclusive julgando os seus representantes - afirmou ACM.

Francisco Escórcio (PFL-MA), por sua vez, disse que "Sarney fez um grande trabalho pelo Maranhão e pelo Brasil e se destacou para o mundo graças ao seu grande papel de conciliador".

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) afirmou que as conquistas do Congresso Nacional caracterizam 1996 como "um ano profícuo para a afirmação do Legislativo como instituição representativa do espírito e das aspirações do povo brasileiro".

- Se não vencemos todos os preconceitos que ainda dominam grande parte da opinião pública, creio que conseguimos impor uma imagem renovada de ação legislativa dinâmica e produtiva - disse o senador, garantindo que nunca se votou e se decidiu tanto.

Mauro considera que o ano se encerra com muitos aspectos positivos. Entre eles, citou a decisão do governo de conceder incentivos fiscais para a indústria automotiva no Norte, Nordeste e Centro-Oeste,



Mauro

providência que, a seu ver, irá atrair investimentos externos para essas regiões. Nesse caso, o senador entende que o presidente da República agiu como um estadista, "alargando os caminhos para a integração nacional e reduzindo a hegemonia entre os estados".

Mauro Miranda alertou sobre a necessidade de se manter a fidelidade partidária para que o Congresso Nacional "continue caminhando na direção de um modelo político que assegure a absoluta identidade com o povo".

Guidi critica emissão de títulos em SC

Ao término do período em que substituiu Esperidião Amin, senadora faz um balanço de sua atuação e explica por que votou contra autorização para seu estado lançar letras financeiras

SINTONIZE A TV SENADO

Agora você pode acompanhar, dia a dia, todo o trabalho do Senado Federal, atento ao que se passa nas comissões e nas sessões plenárias, transmitidas ao vivo e em seguida em várias repetições. Basta sintonizar a TV Senado, pela operadora de TV a cabo da sua cidade. A TV Senado está no ar diariamente, de segunda a sexta-feira, das 9:30 da manhã até zero hora e 30 minutos. Aos sábados e domingos, a programação da TV Senado vai das 10 às 18 horas. Acompanhe o desempenho do senador do seu estado e forme você mesmo sua própria opinião. Sem intermediários.

Cidade	Operadora	Canal
Anápolis (GO)	Net	33
Arapongas (PR)	Net	35
Bagé (RS)	Net	16
Bauru (SP)	Multicanal	39
Belo Horizonte (MG)	Multicanal	41
Belo Horizonte (MG)	Cabo Total	8
Bento Gonçalves (RS)	Net	11
Brasília (DF)	Net	53
Campo Grande (MS)	Multicanal	14
Catanduva (SP)	Net	3
Caxias do Sul (RS)	Multicanal	8
Chapeco (SC)	Net	3
Concórdia (SC)	Net	21
Criciúma (SC)	Net	17
Cruz Alta (RS)	Net	7
Curitiba (PR)	Net	35
Erechim (RS)	Net	23
Farroupilha (RS)	Multicanal	14
Florianópolis (SC)	Multicanal	43
Fortaleza (CE)	RTC	45
Franca (SP)	Net	9
Goiânia (GO)	Multicanal	14
Jaraguá do Sul (SC)	Net	21
Joaçaba (SC)	Net	21
Joinville (SC)	Net	18
Jundiaí (SP)	Net	5

Cidade	Operadora	Canal
Lages (SC)	Net	21
Londrina (PR)	Net	35
Novo Hamburgo (RS)	Net	5
Passo Fundo (RS)	Net	18
Pelotas (RS)	Net	18
Piracicaba (SP)		30
Porto Alegre (RS)	Net	17
Ribeirão Preto (SP)	Multicanal	14
Ribeirão Preto (SP)	Net	14
Rio de Janeiro (RJ)	Net	35
Rio de Janeiro (RJ)	Rio Cabo	40
Rio Grande (RS)	Net	12
São José do Rio Preto (SP)	Multicanal	14
Santa Cruz do Sul (RS)	Net	48
Santa Maria (RS)	Net	47
Santos (SP)	Multicanal	14
São Carlos (SP)	Net	6
São Paulo (SP)	Multicanal	14
São Paulo (SP)	TVA (a cabo)	63
São Paulo (SP)	Net	53
São Paulo (SP)	TVA-MMDS	66
Sorocaba (SP)	Multicanal	8
Uberlândia (MG)		8
Umuarama (PR)	Net	35
Uruguaiana (RS)	Net	7

E em todo o País para os usuários do sistema Direct-to-Home, da TVA.

A senadora Sandra Guidi (PPB-SC) disse ontem que foi no propósito de contribuir com seu estado que, no dia 15 de outo-



bro passado, ela votou contra a autorização para emissão de Letras Financeiras do Tesouro de Santa Catarina. A senadora definiu esse lançamento de títulos públicos como "um processo tão suspeito que gerou uma CPI, com a qual o povo de Santa Catarina espera que se restabeleça a verdade".

Suplente do senador Esperidião Amin (PPB-SC), Sandra Guidi informou que no período em que o substituiu na Casa empenhou-se em contribuir para o aperfeiçoamento das instituições democráticas e para o desenvolvimento de Santa Catarina. "Minha atuação foi em favor da construção de uma sociedade que reúna condições de competir para vencer na arena dos grandes mercados globais", disse.

A senadora lamentou que o Brasil não tenha conseguido traduzir em ação a prioridade absoluta que merecem as crianças desassistidas do País. "Na área de educação, inclusive, temos muito que avançar, pois ainda estamos longe de oferecer às crianças o nível de educação requerido pelo mundo, que se converte num imenso mercado global."

Sandra Guidi entende que o Fundo de Valorização do Professor e o programa de avaliação do ensino são algumas das poucas vitórias que o Brasil tem a comemorar nessa área. Em aparte, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) elogiou o trabalho de Sandra Guidi como representante de Santa Catarina, dizendo que seus eleitores estavam certos quando a enviaram para o Senado.

Jefferson denuncia preconceito contra o Norte

Senador lembra que foi "um coquetel de subsídios - fiscais, cambiais e de crédito - que permitiu a implantação da indústria automobilística no Sudeste brasileiro"

O senador Jefferson Peres (PSDB-AM) condenou sexta-feira, em discurso no plenário, o "preconceito contra as regiões Norte e Nordeste" demonstrado por alguns articulistas do Sul e Sudeste do País. Em particular, o senador refutou o conteúdo de artigo do jornalista Joelmir Beting com críticas à Zona Franca de Manaus e aos incentivos conferidos pelo governo para estimular a implantação de indústrias automobilísticas e de autopeças naquelas regiões.

De acordo com o senador, foi "um coquetel de subsídios - fiscais, cambiais e de crédito - que permitiu a implantação da indústria automobilística no Sudeste bra-

sileiro". A seu ver, não é justificável que agora se critiquem os esforços e iniciativas para fomentar o desenvolvimento das regiões Norte e Nordeste.

PERIFERIA

No entender de Jefferson Peres, esse tipo de atitude denuncia ou a intenção de se manterem essas áreas como regiões periféricas, apenas supridoras de produtos básicos, ou o sonho de alguns de que regiões "incômodas" sejam separadas do resto do País. O senador disse desconhecer de que fonte o jornalista retirou a informação sobre a existência de um "déficit comercial, este ano, de 9,2 bilhões de dólares" na Zona Franca de Manaus.

De acordo com o senador, o Amazonas está com sua dívida consolidada e com a despesa de pessoal em dia, e a Zona Franca de Manaus tem mais de 20 indústrias com atestados de qualidade ISO 9000.

Em apertes, os senadores Bernardo Cabral (PFL-AM), Geraldo Melo (PSDB-RN) e Francisco Escórcio (PFL-MA) solidarizaram-se com Jefferson Peres. Na opinião de Cabral, aqueles que hoje criticam o Norte se esquecem de que, "na época da borracha, o Amazonas respondia por 50% do orça-



Jefferson Peres: Amazonas sem déficit

mento nacional".

Melo lembrou que os que criticaram a concessão de recursos ao Nordeste nos últimos trinta anos "precisaram de socorro, e em uma tarde foram liberados R\$ 17 bilhões para o Banespa". Já Escórcio defendeu "o direito de o Norte e o Nordeste crescerem e progredirem".

Bianco: Fim do subsídio ao frete de combustível vai prejudicar a região

A retirada do subsídio ao frete de combustível implicará um aumento de cerca de 20% sobre o preço do litro de gasolina na região Norte, afirmou o senador José Bianco (PFL-RO), salientando que "a região amazônica foi mais uma vez prejudicada por uma iniciativa originária de Brasília".

Ele fez um apelo para que os parlamentares da bancada amazônica dirijam-se ao presidente da República e reiterem a necessidade de o governo conceder um tratamento diferenciado à região, cujas carências são aprofundadas pela concentração de investimentos públicos apenas em

duas cidades, Belém e Manaus.

O senador disse acreditar que a decisão foi tomada de afogadilho, sem qualquer estudo sobre os impactos que ela provocará, inclusive so-

bre a estabilidade do real, dado que aumentos de combustíveis provocam reação em cadeia. Com 80% de sua população localizados a longas distâncias das refinarias, a Amazônia também caracteriza-se pela dispersão de seus centros urbanos,

acentuou.

A título de exemplo, José Bianco citou o impacto que incidirá sobre o frete a ser cobrado no transporte entre a refinaria, em

Manaus, e o consumidor final que mora em Cruzeiro do Sul, no Acre, cidade

que fica praticamente isolada do País na época das chuvas.

Serviço informativo 24 horas do Senado Federal

Desenvolvido especialmente para dar suporte às emissoras de rádio e assessorias de comunicação, o Serviço 24 Horas do Senado funciona integrado ao sistema de discagem direta gratuita da Telebrás.

Ao ligar para 0800 (61) 4455, você encontra a seguinte programação:

- das 9h às 11h, a Agenda Senado - um resumo diário de todas as atividades legislativas programadas;
- das 11h às 14h30, a edição Amazônia do informativo Senado em Linha Direta;
- das 14h30 às 18h, a edição Nordeste do informativo Senado em Linha Direta, e
- das 18h às 9h do dia seguinte, a edição Nacional do informativo Senado em Linha Direta.



José Bianco

Suplicy quer melhor distribuição de renda

Governo obteve avanço modesto no desenvolvimento social, avalia o senador, que insiste na adoção do programa de renda mínima para erradicar a miséria

"O governo avançou apenas modestamente na meta social", disse o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), ao sustentar que o presidente Fernando Henrique Cardoso ainda não tem razões para comemorar, como deseja, grandes êxitos no desenvolvimento social.

Ele lembrou que, ao despedir-se do Senado em 1994, Fernando Henrique Cardoso anunciava o objetivo de incorporar ao desenvolvimento os milhões de brasileiros excluídos pela miséria. Suplicy reconheceu que o fim da espiral inflacionária tem significativo efeito no poder aquisitivo da população de baixa renda, mas explicou que a

concentração de renda continua.

- Só a Guatemala apresenta índice de concentração de riqueza pior que o Brasil. Nossas taxas de desemprego continuam altas, com consequências no aumento da violência e da criminalidade - frisou.

Suplicy explicou que uma coisa é a distribuição de renda - o fluxo de tudo aquilo que as pessoas recebem - e outra coisa é a riqueza acumulada de cada pessoa, uma concentração de renda que no Brasil "continua altamente injusta". Ele disse que, embora a Receita Federal tenha se esforçado para fazer os contribuintes atualizarem o valor do patrimô-



Eduardo Suplicy

nio, até hoje o Brasil não dispõe de uma lista dos bens no País.

Conforme Suplicy, há dados sobre a propriedade da terra no *Atlas Fundiário* organizado pelo Inera, mas o governo continua lento ao enfrentar o poder dos latifundiários: "Esta semana, os

ruralistas conseguiram assegurar um ITR módico sobre o valor de suas terras produtivas, e o governo sequer se preocupou em corrigir aquele valor".

Em sua opinião, o governo está negligenciando a adoção de um instrumento eficaz para a erradicação da miséria - o programa de renda mínima, proposto pelo senador, que assegura o pagamento de uma cifra pelo Estado às famílias sem condições de sobrevivência. Suplicy disse esperar que, no próximo ano, o Brasil assegure a seu povo "qualidade de vida com maior respeito aos direitos da cidadania, para o aperfeiçoamento das instituições democráticas".

Francelino recebe aplausos por reduzir multa de mora

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) anunciou que está recebendo manifestações de todo o País em apoio a seu projeto de lei que limita a 2% a multa de mora por atraso no pagamento de qualquer obrigação de natureza contratual. Aprovado no Senado, seu projeto ainda precisa ser votado na Câmara.

A iniciativa abrange as prestações do crédito ao consumidor; mensalidades escolares; contas de água, luz e telefone; pagamentos de condomínio; mensalidades de clubes sociais; pres-



Francelino

tações da casa própria; e todas as obrigações contratuais envolvendo pessoas e empresas.

Francelino explicou que seu projeto modificou o Código de Defesa do Consumidor, assim como a lei

dos condomínios. E a regra é clara: em qualquer relação de consumo que implique fornecimento de produtos ou serviços, com a concessão de crédito, financiamento ou parcelamento do pagamento, o fornecedor deverá informar previamente ao consumidor que, em caso de atraso no pagamento da presta-

ção, a multa não poderá ir além de 2%.

- De fato, não teria sentido manter multas moratórias de 10%, 20% ao mês, até mais, pelo atraso no pagamento de uma prestação, muitas vezes por um, dois ou três dias, correspondente hoje a um percentual maior que o da inflação de todo o ano de 1996 - argumentou o senador.

Segundo Francelino, essa simples comparação mostra a iniquidade da multa elevada que, no seu entender, ao invés de punir o inadimplente, contribui para estimular a especulação.

Confira o novo endereço da Comunicação

O serviço de divulgação do Senado Federal tem novo endereço para correspondência. Comunique-se com o *Jornal do Senado*, Agência Senado, Rádio Senado e TV Senado no seguinte endereço:

Secretaria de Comunicação Social do Senado Federal
CEP: 70165-920
Brasília - DF

A SESSÃO DE SEXTA-FEIRA DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELO SENADOR GILVAM BORGES E PELA SENADORA SANDRA GUIDI

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho

2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares

2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias

4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Emília Fernandes ■ Ney Suassuna

■ Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia ■ Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal

Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador do

Journalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade

■ Editores - Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso

■ Diagramação - Sérgio Silva, Wesley Carvalho e Osmar Miranda

■ Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume e Adão Nascimento ■ Revisão: Fernando

Varela e Lindolfo Amaral

■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal

O *Jornal do Senado* é distribuído também nos vãos da *Vasp*, *Variq* e *Líder* que saem de Brasília

Senado na Internet - <http://www.senado.gov.br>